

ABRE ASPAS ALBINO RUBIM SECRETÁRIO DE CULTURA

«Leis de incentivo não funcionam no Brasil»

Texto **ERON REZENDE** eronrezende@gmail.com
Foto **FERNANDO VIVAS** vivasf@gmail.com

Albino Rubim, à frente da Secretaria de Cultura da Bahia (Secult) desde 2011, evita usar o pretérito. Em algumas falas, no entanto, coloca-se no passado, como alguém que se despede do cargo. Efeito das eleições que se aproximam. "Sou um professor, gosto de ensinar, de fazer pesquisa", diz, clareando seu destino pós-Secult: especialista em política cultural e ex-diretor da Faculdade de Comunicação da Ufba, Rubim voltará a atuar como pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da Ufba, ocupação que o fez um dos principais teóricos da área na Bahia e, por consequência, o conduziu à Secult. No exercício da prática, contudo, não ficou imune. Ao assumir a Secretaria de Cultura, Rubim encontrou uma dívida de R\$ 16 milhões, deixada por seu antecessor, o diretor teatral Marcio Meirelles, cuja passagem pelo cargo foi marcada por entreveros com artistas e produtores. Hoje, é o próprio Rubim quem enfrenta críticas de parte da classe artística, que acusa sua gestão de minguar os recursos para a arte profissional baiana. "Nós não temos uma tradição de políticas culturais na Bahia. As políticas mais recentes vêm corrigindo essa tradição, buscando a diversidade, superando a política de balcão", diz. Nesta entrevista, concedida no Palácio Rio Branco, sede da Secult, Rubim avalia seus quatro anos como pesquisador-secretário.

O senhor já afirmou que a herança de Marcio Meirelles, gestor anterior da Secult, foi problemática, pois legou uma grande dívida, resultado de editais não pagos. O déficit foi zerado?

Se há uma coisa que eu não concordo é jogar a responsabilidade em outras gestões. Principalmente na gestão de Marcio, já que minha gestão tem continuidade das ações realizadas na gestão dele. O déficit não foi zerado. O Fundo de Cultura (mecanismo estatal de financiamento de projetos culturais) ainda tem muitos problemas. O atraso nos pagamentos (de editais) é o maior desses problemas. Nos últimos anos, nós conseguimos ter uma gestão mais organizada do fundo, o que não garantiu sanar completamente a questão do repasse, já que isso passa por uma relação com a Secretaria da Fazenda. Não é algo que envolve apenas a Secult.

A liberação de recursos pela Secretaria da Fazenda é o principal gargalo?

Sim. Até o ano passado, por exemplo, o fundo estava equilibrado. Mas, no ano passado, com o contingenciamento do estado, voltamos a ter problemas. Deveria haver, por parte da Secretaria da Fazenda, um planejamento mais rigoroso em relação ao Fundo de Cultura. O fundo é uma coisa muito singular dentro da estrutura do estado. Há dez anos, ele girava em torno de R\$ 15 milhões. Hoje, fica em torno de R\$ 42 milhões. É preciso que haja uma compreensão do governo, em particular da Fazenda, da importância que esse fundo tem para a vida cultural da Bahia. É a grande fonte de



recursos da cultura no estado. Meu grande sonho é conseguir sair da Secult com a compreensão, por parte da Fazenda, de que o Fundo de Cultura é vital para a Bahia.

Qual é o atual orçamento da Secult e como ele está distribuído?

O orçamento gira em torno de R\$ 240 milhões. A metade desse valor é gasta com a estrutura da Secult – pessoal e gastos de manutenção. Nós temos 53 equipamentos para gerir, entre museus, centros culturais, bibliotecas... Isso é um custo grande. A outra metade, R\$ 120 milhões, é gasta em ações que nós fazemos, como pontos de cultura e eventos. Desses R\$ 120 milhões, 42 milhões são do Fundo de Cultura.

O senhor defende uma fatia mínima do orçamento para a cultura?

Sim. Um percentual mínimo para a cultura garante que o orçamento não seja pequeno. A defesa da comunidade cultural, da qual eu faço parte e compartilho, é de, no mínimo, 1%. Existe, hoje, uma proposta de emenda constitucional, a PEC 150, que vai além disso e prevê 2% para a cultura no plano nacional, 1,5% no plano estadual e 1% no plano municipal. Aí seria um sonho.

Para a 3ª edição da Bienal da Bahia, que acontece até 7 de setembro, a estimativa era que a verba disponibilizada chegasse a R\$ 14 milhões. No entanto, o orçamento foi de R\$ 7 milhões. O que ocorreu?

Inicialmente, a ideia era que uma parte desse valor viesse do estado e a outra parte através de captação com empresas privadas e outros ór-

gãos públicos. Isso não aconteceu. Chegamos a negociar com o Ministério da Cultura um aporte de R\$ 4 milhões, o que não se concretizou. Houve, também, a possibilidade de o Itaú apoiar o evento, mas isso também não se concretizou. O valor de R\$ 14 milhões era um orçamento otimista. O importante, para nós, é que esse valor nunca foi estanke ou impeditivo. Nunca dissemos que só faríamos o evento com esse ou aquele valor. E, dessa forma, foi possível viabilizar a Bienal da Bahia com o que tínhamos em mãos.

O formato da Bienal da Bahia é de uma mostra sem circuito definido, com exposições ocupando diversos espaços. Qual a viabilidade de um evento assim numa cidade como Salvador, com grandes problemas de mobilidade urbana?

Não ter um pavilhão, como a Bienal de São Paulo possui, nunca foi um empecilho. Não queríamos fazer uma Bienal só para atender a uma legislação que já previa o evento e, também, não queríamos reproduzir, na Bahia, outras bienais. A partir disso, concebemos uma nova visão de Bienal. Estar em vários espaços é um dos aspectos dessa visão. Outro aspecto é que olhamos para todo o estado, para o interior. Claro, Salvador possui grandes problemas de mobilidade. Mas a Bienal é um even-

to que dura alguns meses. Então, mesmo com todos esses problemas, acredito que esse conceito de Bienal sem paredes se adequa a nossa realidade e não impede que as pessoas visitem as exposições.

Nos últimos anos, a Secult ampliou suas ações no interior, algo batizado de "interiorização" da cultura – ou, como o senhor gosta de chamar, "territorialização". Ocorreram, no entanto, vários entreveros de artistas, dos setores profissionalizados, com o governo. O senhor concorda que há um exagero nessa "interiorização", em detrimento do que já estava profissionalizado em Salvador?

Não se trata de uma coisa contra a outra. Nunca se tratou de pegar os recursos que estavam sendo utilizados para alimentar grupos tidos como profissionais e disponibilizá-los aos pequenos grupos do interior. Houve uma soma, não uma subtração. Os recursos permitem as duas coisas. E são coisas que se complementam. Acredito que um dos deveres da Secretaria de Cultura é estimular a construção de um mercado cultural na Bahia. E não existe a possibilidade de fomentar esse mercado se não olharmos para o interior, para os grupos pequenos.

Sempre se fala que os editais democratizaram o acesso às verbas, mas ao mes-

mo tempo, com o dinheiro espreado, fica mais difícil desenvolver esse mercado que o senhor menciona...

Acredito que não há contraposição entre trabalhar com a teia do estado e a profissionalização. Se a gente pegar dados numéricos, o que é destinado hoje para o interior do estado não é nenhuma soma gigantesca, que leve ao questionamento de artistas. E há um dado, que não envolve apenas a Bahia: (Gilberto) Gil fez um reposicionamento, que eu acho corretíssimo, colocando o Ministério da Cultura para a sociedade brasileira, e não mais para os artistas apenas. Isso é correto, porque, para você ter uma cena cultural viva, você precisa ter um mercado. E, num país como o Brasil, em que o nível de acesso à cultura é muito baixo, ainda estamos na primeira fase de construção desse mercado, que é a construção de um público.

Há dez anos, o principal instrumento de financiamento da cultura baiana era o FazCultura. Hoje, esse papel é ocupado pelos editais do Fundo de Cultura. O senhor acredita que há uma excessiva dependência, por parte de artistas e produtores locais, dos editais?

Acho que as leis de incentivo no Brasil – que deveriam servir para incentivar a iniciativa privada a colocar dinheiro na cultura – não funcionam. Tenho dúvidas se essas leis têm contribuído para trazer mais recursos da iniciativa privada ou inibido isso. A segunda opção me parece mais plausível. Antes, nós tínhamos uma série de grandes, médias e pequenas empresas que apoiavam as artes. O produtor montava uma peça

«Para ter uma cena cultural viva, você precisa ter um mercado. Estamos na primeira fase de construção desse mercado, a de um público»

batendo na porta dessas empresas. Com as leis de incentivo, essas empresas deixaram de colocar o dinheiro delas nas artes, já que há a possibilidade de recorrer a essas leis e, desse modo, o poder público arcar com 100% – ou, no caso do FazCultura, com 80% – do investimento. Houve uma retração das empresas que colocavam os seus recursos na cultura. Com as leis de incentivo, essas empresas não investem mais diretamente na cultura.

O senhor assumiu o cargo de secretário de Cultura em 2011, mas há muito tempo já se falava de sua influência nessa pasta. O senhor, inclusive, foi presidente do

Conselho de Cultura. Como avalia esses quatro anos de “mandato oficial”?

Enquanto professor que assumiu a Secretaria de Cultura, foi uma experiência riquíssima. Eu estudava políticas culturais e, como secretário, pude adquirir um conhecimento prático que eu não tinha. Hoje, tenho um conhecimento da Bahia, da complexidade real das coisas.

Teorizar é mais fácil?

Não dá para dividir o mundo entre aqueles que são práticos e aqueles que pensam. Quem pensa sozinho – ou quem faz um fazer cego – movimenta-se em círculos. O grande desafio é aliar pensamento e fazer. «

«Eu estudava políticas culturais e, como secretário, pude adquirir um conhecimento prático que eu não tinha. Hoje, tenho um conhecimento da complexidade real das coisas»»

TORNE-SE CORRETOR DE SEGUROS!

Atue em várias posições e faça bons negócios.

Seguro Residencial

Previdência Privada

Vários outros

CURSO PARA HABILITAÇÃO DE CORRETORES DE SEGUROS

INÍCIO DAS AULAS: 29 de JULHO de 2014.

LAURO DE FREITAS | SALVADOR | VITÓRIA DA CONQUISTA

A Escola Nacional de Seguros é a única instituição no Brasil que oferece o Curso para Habilitação de Corretores de Seguros. Ao final do programa, o aluno aprovado ganha certificado que permite obter o registro profissional.

Faça o curso, torne-se corretor e aproveite as inúmeras oportunidades de atuação e negócios de um mercado em plena expansão!

Mais informações: Unidade Regional Bahia. Av. Tancredo Neves, 999 - Salas 701 e 702 Edifício Metropolitano Alfa - Caminho das Árvores.

Tels.: (71) 3341-2688 / 2699 | E-mail: unidadeba@funenseg.org.br



ESCOLA NACIONAL de SEGUROS
www.funenseg.org.br/corretor

